

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021



CERILUZ DISTRIBUIÇÃO



CERILUZ

Energia para a Vida.

Missão

"Melhorar a condição de vida do associado, gerando e fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável".

Valores

Ação e Transparência
Ética e Senso de Justiça
Intercooperação e Competência
Cidadania
Solidariedade
União
Zelo

Visão

"Da geração à distribuição, para além da energia".

Negócio

Gerar e comercializar energia dentro de sua área de ação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para a realização de suas atividades diárias".

Política da Qualidade

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ);
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos Indicadores de Continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comerciais e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa e dos Associados/ Consumidores;
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.



SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	6
1. PERFIL.....	6
1.1. A Ceriluz Distribuição.....	6
1.2. Ceriluz em Números	7
1.3. Gestão pela Qualidade Total	7
1.4. Política da Qualidade.....	8
1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor.....	8
2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	9
2.1. Assembleia Geral	9
2.2. Assembleia Geral Ordinária	9
2.3. Assembleia Geral Extraordinária	9
2.4. Conselho de Administração	9
2.5. Conselho Fiscal	10
2.6. Auditores Independentes	10
3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS.....	11
3.1. Atuação Na Área Social.....	11
3.2. Segurança E Saúde Ocupacional.....	13
3.3. Outras Informações Aos Associados.....	14
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	19
4.1. DISTRIBUIÇÃO.....	19
4.1.1. Ligação de Consumidores	20
4.1.2. Consumidores por Município	20
4.1.3. Comportamento de Mercado.....	21
4.1.4. Ingressos/ Receita Líquida	22
4.1.5. Número de Consumidores.....	22
4.1.6. Tarifas	22
4.1.7. Bandeiras Tarifárias	23
4.1.8. Qualidade do Fornecimento	24
4.1.9. Atendimento ao Consumidor	25
4.1.10. Frota	26
5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	27
5.1. Análise do Resultado	27
5.2. Variações Patrimoniais	27
5.3. Investimentos	28
5.4. Captações de Recursos	28
5.5. Valor Adicionado	28
5.6. Planejamento Empresarial	29
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	30
6.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	31
6.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	32
6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO	33
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL.....	34
6.5. DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS.....	35
6.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	36
6.7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO.....	37
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	38
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	38
NOTA 2 – CONTRATOS DE PERMISSÃO	38
NOTA 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	38
NOTA 4 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	38
NOTA 5 - ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	39
NOTA 6 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	39
NOTA 7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	41

NOTA 8 – CONSUMIDORES.....	42
NOTA 9 – SERVIÇOS EM CURSO.....	43
NOTA 10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS.....	43
NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	43
NOTA 12 – ALMOXARIFADO OPERACIONAL.....	43
NOTA 13 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	44
NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS	44
NOTA 15 – DISPÊNDIOS/ DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	44
NOTA 16 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	44
NOTA 17 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES.....	45
NOTA 18 – BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS A CONCESSÃO	45
NOTA 19 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	46
NOTA 20 – FORNECEDORES	48
NOTA 21 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	49
NOTA 22 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	50
NOTA 23 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	50
NOTA 24 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS	50
NOTA 25 – ENCARGOS SETORIAIS:	51
NOTA 26 – PASSIVOS REGULATÓRIOS	51
NOTA 27 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES.....	51
NOTA 28 – OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	52
NOTA 29 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO	53
NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	54
30.1. Capital Social.....	54
30.2. Natureza e Finalidade das Reservas	54
30.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	54
NOTA 31 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	54
NOTA 32 – INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS.....	55
NOTA 33 – TRIBUTOS SOBRE OS INGRESSOS/RECEITAS	56
NOTA 34 – ENCARGOS DA PARCELA “A”	56
NOTA 35 – CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	57
NOTA 36 – CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	57
NOTA 37 – OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS.....	58
NOTA 38 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	58
NOTA 39 – SEGUROS	58
NOTA 40 – NOTA EXPLICATIVA DVA	58
NOTA 41 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS	59
NOTA 42 – PARTES RELACIONADAS	59
8. BALANÇO SOCIAL	60
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	61
10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS ...	62

SENHORAS E SENHORES ASSOCIADOS,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2021 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A construção de uma Estrutura Sólida

Neste ano de 2021 a Ceriluz completou 55 anos, mais precisamente, no dia 20 de agosto. É um aniversário significativo que nos leva a fazer reflexões, avaliar o que foi feito nesse período e verificar se estamos no caminho certo. E a partir dessa análise, chegamos à conclusão de que construímos uma sólida estrutura que garante aos nossos associados a segurança para investir em suas atividades e promover o desenvolvimento. Por isso, usamos como mote de nossa campanha de aniversário a frase “Uma estrutura sólida, rumo a um futuro de Luz”.

Partimos de um período de muitas dificuldades, na década de sessenta, com dúvidas e questionamentos. Com o apoio de entidades e municípios da região, no entanto, tivemos um importante impulso na década de setenta, construindo as primeiras redes para nossos associados. Período complicado. Uma vez superadas as desconfiças, a grande maioria da população optou pela energia elétrica, o que era inevitável. Por mais que tenhamos pensado em qualidade desde o início, com postes de concreto, por exemplo, havia a urgência em levar energia a todos e, assim, nem sempre foi possível montar a melhor estrutura física para o sistema. Isso passou a ser feito já no final do século passado e, principalmente, a partir dos anos dois mil. Foi quando se passou a investir em alimentadores trifásicos e equipamentos modernos, como transformadores mais potentes, religadores automáticos e reguladores de tensão, além das subestações, elas sim, um grande diferencial no controle do abastecimento e na proteção do sistema e usuários. As subestações vieram juntamente com as usinas de energia próprias que trouxeram uma maior garantia de energia para os associados, energia nossa, limpa e abundante.

Com tudo isso, hoje podemos afirmar com segurança que a Ceriluz construiu um sistema de distribuição sólido, que permite que seus associados sigam investindo em suas atividades, sem riscos de desabastecimento. Continuamos,

claro, conectados ao Sistema Interligado Nacional, e mesmo quando nossas usinas estiveram gerando com pouca capacidade, em função da escassez de chuvas, por exemplo, teremos energia de outros locais do país, graças as nossas conexões. Aliás, falando em escassez hídrica, podemos dizer que essa infraestrutura de geração nos permite uma segurança maior ainda nesses momentos de dificuldades de produção de energia no país, afinal, em casos de desabastecimento, nenhuma rede conectada a usina será desligada. Portanto, nossas usinas, enquanto elas estiverem gerando, são uma garantia de fornecimento.

Quando falamos em futuro de luz, queremos dizer que essa energia de qualidade que hoje fornecemos nos permita crescer e iluminar nossas vidas. Se olharmos em uma foto do planeta à noite, veremos que os países mais desenvolvidos são aqueles mais iluminados. Nosso desejo é que nossos associados também apareçam nessa imagem, gerando desenvolvimento e riquezas, para si e, conseqüentemente, para a sociedade. Um país iluminado, com energia, é uma nação desenvolvida.



Iloir de Pauli
Presidente da CERILUZ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. PERFIL

1.1. A Ceriluz Distribuição

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela CERILUZ para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificada pela certificação oficial da NBR ISO 9001:2015 no ano de 2017, que reconhece a competência da Cooperativa na prestação dos serviços com qualidade.

A CERILUZ focada no desenvolvimento social e econômico da região de forma sustentável tem como compromisso com associados, consumidores, colaboradores e comunidade:

- Distribuir energia elétrica com qualidade;
- Aumentar a satisfação dos associados e consumidores;
- Preservar o meio ambiente junto às comunidades onde está inserida;
- Contribuir no desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida;
- Buscar a melhoria contínua da eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manter programas de aperfeiçoamento do quadro de colaboradores e associados;
- Cumprir os requisitos legais, regulamentares da ANEEL e estatutários da empresa;
- Integrar de forma objetiva o Sistema de Gestão da Qualidade com a estratégia do negócio;
- Propiciar um ambiente que estimule o envolvimento e o desenvolvimento profissional das pessoas.

1.2. Ceriluz em Números

Atendimento	2021	2020	%
Número de consumidores	14.533	14.241	2,05%
Número de empregados	117	121	-3,31%
Número de consumidores por empregado	124	118	5,54%
Número de localidades atendidas	24	24	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	45	49	-8,16%
Mercado	2021	2020	%
Área de concessão (Km ²)	3.492.649	3.977.832	-12,20%
Distribuição Direta (GWh)	129,00	146,00	-11,64%
Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	472,27	433,49	8,95%
Residencial	508,23	485,46	4,69%
Comercial	402,88	356,18	13,11%
Industrial	541,49	511,91	5,78%
Rural	436,48	380,41	14,74%
DEC (horas)	10,46	10,31	1,45%
FEC (número de interrupções)	9,28	8,98	3,34%
TMA (minutos)	1,33	1,72	-22,67%
Operacionais	2021	2020	%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	4.191	4.192	-0,02%
Capacidade Instalada (MW)	177	173	2,26%
Financeiros Societário	2021	2020	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	113.909	97.164	17,23%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	81.544	76.535	6,54%
EBITDA OU LAJIDA	10.240	10.047	1,92%
Lucro líquido (R\$ mil)	7.666	7.523	1,90%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	76.918	71.026	8,30%

1.3. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qualidade, a qual é divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação.

Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;

- Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGQ.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

Parte Interessada	Forma de Comunicação	Disponibilidade
Colaboradores	Treinamentos, reuniões, circulares	Intranet e murais
Consumidores / Associados	Informativos, publicidades, reuniões e palestras	Site
Aneel	Relatório da Administração	Site

1.4. Política da Qualidade

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGQ;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor

O aniversário de 55 anos da Ceriluz veio com um importante reconhecimento. No dia 29 de julho de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizou a cerimônia virtual de divulgação das distribuidoras vencedoras do Prêmio Aneel de Qualidade 2020. A Ceriluz estava entre as finalistas na categoria Permissonárias Acima de 10 mil Unidades Consumidoras e sagrou-se campeã com um índice de satisfação de 84,38%. Ela concorreu com as cooperativas Cermisões, de Caibaté, e a Cergal, de Tubarão, Santa Catarina. Analisando todas as cooperativas e concessionárias participantes, a Ceriluz ficou em segundo no ranking nacional, atrás apenas da Cooperativa Castro-Dis, do Paraná, vencedora da categoria Permissonárias até 10 mil Unidades Consumidoras. Os índices são resultantes de pesquisa de opinião encomendada pela ANEEL junto a consumidores residenciais em todo o Brasil. Na área de ação da Ceriluz foram visitados associados dos municípios de Ijuí, Augusto Pestana, Coronel Barros, Ajuricaba e Inhacorá.

A Ceriluz vem obtendo bons resultados nas pesquisas da Aneel, sagrando-se a melhor distribuidora de energia do Brasil na pesquisa 2018, com uma média de satisfação de 85,93%, superando todas as demais, permissonárias e concessionárias. Na Pesquisa 2019, mesmo superando o índice que a levou a ser campeã, alcançando 89,26% de aprovação, a Cooperativa foi a segunda melhor em sua categoria e a terceira no ranking de todas as distribuidoras brasileiras. Ela já havia sido vice-campeã em sua categoria em 2014, quando a Aneel incluiu as cooperativas na pesquisa, e em 2017. Desde que participa do Prêmio, a partir de 2014, a Ceriluz sempre esteve entre as cinco melhores distribuidoras de energia do Brasil.



2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da Cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários. A Assembleia Geral tem poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta. As deliberações da Assembleia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. As deliberações serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes com direito de votar.

2.2. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária, que se realiza, anualmente, nos 3 primeiros meses após o término do exercício, convocada pelo presidente, delibera sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

1. Eleição dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal quando for o caso;
2. Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a. Relatório da gestão;
 - b. Demonstrações contábeis do exercício social, segundo as normas contábeis vigentes no Brasil;
 - c. Parecer do Conselho Fiscal;
 - h. Parecer da Auditoria Independente;
3. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios;
4. Fixação do valor dos pró-labores dos membros da Diretoria e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
5. Outros assuntos de interesse social (sem poder deliberativo).

2.3. Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos, para os quais são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações:

1. Reforma do estatuto social;
2. Fusão, incorporação ou desmembramento;
3. Mudança do objeto da sociedade;
4. Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
5. Contas do liquidante;

2.4. Conselho de Administração

A Cooperativa é administrada por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e quatro Conselheiros Vogais efetivos, todos associados, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, sendo obrigado, ao término de cada mandato, a renovação mínima de um terço de seus componentes.



Iloir de Pauli
PRESIDENTE



Valmir E. Seifert
VICE-PRESIDENTE



Romeu A. de Jesus
1º VOGAL



Valdir Steiernagel
2º VOGAL



Luiz F. Baroni
3º VOGAL



Senio R. Kirst
4º VOGAL

2.5. Conselho Fiscal

A Administração da sociedade é fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e três membros suplentes, com mandato de um ano e renovação obrigatória de dois terços a cada eleição.

2.6. Auditores Independentes

A Ceriluz tem contratado a empresa Linear Auditores Independentes S/S para os serviços de auditoria independente para as demonstrações contábeis e emissão do relatório de opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa.

3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários, porém, como o ano de 2021 foi atípico devido a pandemia e o cancelamento dos cursos presenciais ela investiu R\$ 33 mil em cursos e treinamento de capacitação On Line. Ao final de 2021, contou com 117 empregados.

3.1 Atuação na Área Social

Jovens aprendizes iniciaram atividades presenciais na Ceriluz

A Ceriluz recepcionou no dia primeiro de junho um grupo de Jovens Aprendizes que passaram a atuar em diferentes setores administrativos. Eles foram recepcionados pelos responsáveis pelo Departamento Pessoal, Dirceu Allegranzi e Vagner Pagliarini, e por aqueles que serão seus mentores no período que estarão na Cooperativa.



Jovens Aprendizes (à frente), acompanhados dos colaboradores que serão seus mentores durante o período de estágio.

Antes do início das atividades de forma presencial os jovens já participaram de uma formação teórica sobre técnicas administrativas, que teve início em 23 de novembro de 2020, que contou com aulas online ministradas por professores da Cooperativa Educacional Cooperconcordia, de Santa Rosa. As atividades na Cooperativa permitirão estes jovens colocarem seu aprendizado em prática, aprendendo com os colaboradores da Ceriluz. O programa Jovem Aprendiz é idealizado pelo Ministério do Trabalho com o objetivo de promover a inserção no mercado de trabalho e é desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/RS).

Campanha arrecadou quatro toneladas de alimentos distribuídos entre entidades assistenciais da região

A Pandemia do Coronavírus trouxe graves sequelas para economia mundial, com o aumento nos índices de pobreza e no número de desempregados. Com o objetivo de contribuir com a minimização desses impactos durante o mês de julho a Ceriluz promoveu entre seus associados, colaboradores e a comunidade regional, a Campanha Ações Que Inspiram, baseada na arrecadação de alimentos não perecíveis, alusiva ao Dia Internacional do Cooperativismo, ou o Dia C, comemorado no dia 03 de julho. A Campanha atingiu um resultado

final de 4.187 kg de alimentos não perecíveis arrecadados nos pontos de coleta e distribuídos nos municípios da sua área de ação. Desse número total, metade foi doação e a outra metade foi contrapartida da Ceriluz, que se comprometeu a dobrar todo alimento doado.



Alimentos arrecadados em Ijuí foram distribuídos para sete entidades.

No município de Ijuí foram 2.190 kg, divididos entre sete entidades assistenciais: ACATA e ARL6, contemplando famílias que trabalham com reciclagem de resíduos; os Lares Bom Abrigo e Me Ame, que cuidam de crianças; a Liga de Combate ao Câncer e a AAPECAN, que prestam assistência a pessoas com câncer e seus familiares e a Sabeve, que abriga e presta assistência a idosos.

Em Ajuricaba foram 1.207 kg de alimentos, todos doados para o Hospital daquele município. Outro hospital beneficiado foi o São Francisco, de Augusto Pestana, que recebeu 123 kg de alimentos arrecadados em uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município.

No município de Catuípe os donativos (410 kg), foram divididos entre a Pastoral da Paróquia Santo Antônio, que trabalha com crianças, e a Igreja Batista Brasileira, que serve refeições todas as quartas-feiras. Já em Jóia os alimentos arrecadados (257 kg) foram divididos entre o Lar Aconchego, que presta assistência a idosos, a APAE daquele município e algumas famílias associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também parceiro na campanha.

Projeto de Recuperação Florestal minimiza impactos do manejo



Da esquerda para direita, Vilmar Batista, Jorge Schirmer, Romeu Ângelo de Jesus, Bráulio Schussler, Márcia Jung e Roger Dallepiane, na área onde está ocorrendo o plantio das primeiras mudas nativas.

Apesar de contar com a licença que autoriza o manejo de árvores sob as redes, a Cooperativa busca minimizar esses impactos. Nesse sentido implantou um Projeto de Reposição Florestal, aprovado pelo Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do RS. Para comemorar a aprovação do projeto, no dia 04 de junho, véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, realizou um ato simbólico e deu início ao plantio de árvores nativas em uma propriedade de cinco hectares adquirida pela Cooperativa na comunidade de Chorão, em Ijuí. O projeto contempla o plantio de oito mil mudas nativas.

Além do plantio das mudas nativas o projeto incluiu a coleta e análise de águas superficiais de nascentes em propriedades rurais de associados da Ceriluz ao longo do ano e a proteção dessas nascentes. O trabalho de avaliação da qualidade da água é coordenado pela engenheira química, Márcia Sostmeyer Jung, mestranda em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade pela Unijuí e a coleta é feita em cinco propriedades de associados da Ceriluz, que serão contemplados com o plantio de mudas nas Áreas de Preservação Permanentes das nascentes observadas. Todo o trabalho se concentra nos municípios de Ijuí e Bozano, na microrregião de atuação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) José Barasuol e RS-155, que exploram o potencial hidrelétrico do Rio Ijuí.

Colaboradores da área técnica receberam qualificação sobre as principais normas regulamentadoras

A Ceriluz promoveu a qualificação de um grupo de oito novos colaboradores sobre as principais normas regulamentadoras do setor, que tratam de prevenção a riscos de acidentes. Entre os dias 22 e 26 de fevereiro um grupo de novos funcionários enfrentaram 40 horas de curso sobre a NR-10 Básica, referente ao controle de riscos e acidentes nos trabalhos com energia elétrica. Já de 07 a 11 de junho, eles participaram do curso de NR-10 Complementar, que inclui práticas de primeiros socorros em caso de acidentes com eletricidade.

Nos dias 24 e 25 de maio, a qualificação esteve voltada à Norma Regulamentadora (NR) 35, que trata da prevenção de acidentes nos trabalhos em altura. Foram 16 horas de qualificação com a técnica em Segurança no Trabalho, Jéssica Rauber, do Serviço Social da Indústria (SESI), com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/RS. As atividades incluíram orientações teóricas e práticas, com simulações de uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e Coletivos (EPCs) no Centro de Treinamentos da Ceriluz, localizado na sede da Cooperativa, em Ijuí, e que simula as condições das redes de distribuição de energia.

3.2 Segurança e Saúde Ocupacional

Colaboradores enfrentam exames periódicos para emissão de atestado de saúde ocupacional

Além dos cuidados com a preparação do novo colaborador, também há a preocupação com os funcionários antigos, especialmente com sua segurança e saúde. Por isso, no período de julho e agosto a Ceriluz submeteu seus colaboradores aos exames do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que atestam a capacidade de cada colaborador desenvolver suas funções específicas. As avaliações médicas se aplicaram tanto para profissionais que desempenham suas funções nos escritórios, quanto das áreas técnicas – geração e distribuição de energia e internet - e são realizadas anualmente sob a coordenação geral do médico do trabalho, Ernani Oppermann, responsável pela emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) que garante que o colaborador está apto a realizar suas atividades laborais.

Os trabalhadores da área técnica, no entanto, enfrentam exames complementares, visando identificar problemas de saúde que possam incorrer em acidentes de trabalho. Entre eles, exames de sangue, audiometria, acuidade visual, eletroencefalograma, eletrocardiograma e avaliação psicossocial. Estes exames específicos foram realizados pela equipe multiprofissional do Departamento de Medicina e Saúde Ocupacional da Unimed Noroeste/RS, que pela primeira vez utilizou sua Unidade Móvel, ou seja, um veículo adaptado com os principais equipamentos para a realização dos exames e testes diretamente na empresa contratante, sem necessidade de deslocamento dos colaboradores.



Colaboradores enfrentaram exames clínicos e físicos, usando a estrutura da unidade móvel do Hospital Unimed Noroeste/RS.

Ceriluz reforçou equipes e qualificou colaboradores sobre principais normas de segurança.

Durante o ano de 2021 a Ceriluz recebeu o reforço de novos colaboradores, além do início dos trabalhos das equipes de jovens aprendizes, que passaram a atuar no setor administrativo. Cada grupo de colaboradores recebeu a respectiva qualificação para início das atividades.

3.3 Outras Informações aos Associados

Em 55 anos, Ceriluz construiu uma estrutura sólida, que garante segurança aos associados

No dia 20 de agosto de 1966, 55 anos atrás, um grupo de agricultores do Distrito de Mauá, Ijuí, reuniu-se para fundar a Ceriluz e lutar por uma necessidade básica na época: a luz para iluminar suas noites. Provavelmente eles não imaginavam que sua iniciativa garantiria hoje a energia para 15 mil associados, que já não a usam apenas para iluminar, mas praticamente para tudo, 24 horas por dia.



Complexo na região da Linha 01 Leste, composto pela PCH Ijuí Centenária e a Subestação Ceriluz 03, representa os investimentos realizados pela Ceriluz para a qualificação do seu sistema de abastecimento de energia.

Foi um período longo, de muitos desafios, conquistas e algumas derrotas também, mas que serviram para fortalecer a Cooperativa e o seu associado. Nos 55 anos de sua história a Ceriluz, por meio de investimentos e estratégias de suas diretorias e colaboradores, qualificou a distribuição e a geração de energia na região, de modo que o associado, hoje, pode investir em suas atividades, com segurança e tranquilidade. Enquanto que nas

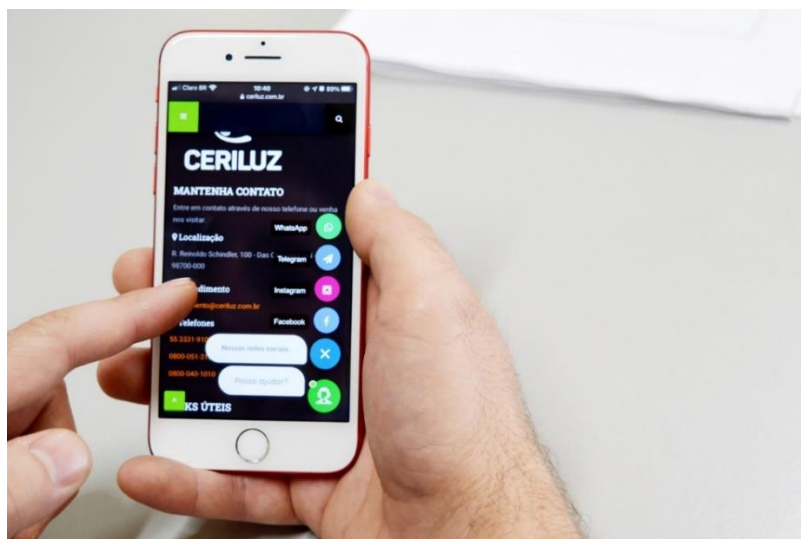
primeiras três décadas o foco esteve na construção de uma rede básica de abastecimento, os últimos 25 anos obrigaram diretores e colaboradores a repensarem suas ações e apostar na estruturação das redes, considerando o aumento da demanda dos associados e o papel que essa energia ganhou. A partir disso, a Ceriluz melhorou suas redes, implantou subestações e construiu usinas, trazendo uma segurança até então inimaginável para a região e, especialmente, para o associado, que hoje pode investir, sem medo, mesmo agora, quando se fala tanto em crise hídrica no Brasil.

Para comemorar seus 55 anos a Ceriluz realizou ao longo desse ano, principalmente após seu aniversário, em 20 de agosto, uma campanha de valorização da infraestrutura construída, focada principalmente em suas redes sociais: Facebook, Instagram e Youtube. Destaque para uma série de reportagens, composta por onze vídeos, onde apresentou o complexo que hoje compõe o Grupo Ceriluz e que garante a excelência no abastecimento de energia, como redes, subestações, usinas, a sede estratégica e, ainda, o trabalho com o fornecimento de internet fibra óptica, o novo e grande desafio abraçado pela Ceriluz e que reprisa o que aconteceu na época em que a Ceriluz começou a fornecer energia, ou seja, prestar um serviço essencial de qualidade para atender uma demanda sonhada por grandes provedores.

Pandemia trouxe desafios na prestação dos serviços e no atendimento a seus associados

O início do ano de 2021 ainda se deu sob as regras e restrições impostas pela Pandemia do Coronavírus, em vigência desde março do ano anterior. Foi nesse período que se registrou o pico de internações em leitos hospitalares com o esgotamento de UTIs em algumas regiões. Conforme decreto do governo do Estado, “os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia”, foram considerados Serviços de Utilidade Pública. Portanto, por serem essenciais, a Ceriluz manteve suas atividades, garantindo o abastecimento de energia e também o atendimento presencial restrito em seus escritórios. Contudo, considerando a gravidade do momento, a Cooperativa adotou iniciativas internas no sentido de reforçar o cuidado com a saúde de seus colaboradores e associados, desde que não interferissem no trabalho essencial. Com relação ao atendimento, a Cooperativa reforçou o atendimento à distância, uma vez que atualmente a maioria dos serviços oferecidos pela cooperativa podem ser equacionada de forma remota ou online.

Cooperativa amplia opções de contato por aplicativos e redes sociais



Opções de contato do associado com a Cooperativa estão disponíveis no site www.ceriluz.com.br

Para facilitar esse atendimento à distância, por exemplo, e aproximar-se do associado, a Ceriluz apresentou novas ferramentas de atendimento, ampliando sua atuação por aplicativos e redes sociais. A partir de janeiro de 2021 a Ceriluz passou a atender seus associados também por WhatsApp, no número 3331-9101, por Telegram,

fazendo a busca por Ceriluz, e também pelos aplicativos de conversas do Facebook Messenger (Ceriluz) e Instagram Direct (grupoceriluz).

Todas as mensagens enviadas por meio desses aplicativos foram direcionadas para o Setor de Atendimento da Cooperativa, aos mesmos profissionais que atendem as chamadas telefônicas pelos números 0800. O acesso a essas ferramentas foi disponibilizado no site da cooperativa, em www.ceriluz.com.br, onde, ao lado da barra de rolagem, estão os ícones para acesso individual a cada uma das ferramentas. Além desses, ainda há um ícone que permite o *chat* direto com os atendentes, sem necessidade de vínculo com nenhuma rede social, apenas informando seu nome e email. Estas alternativas online se somaram à Agência Virtual da Cooperativa, que também já estava disponível no site, e o email atendimento@ceriluz.com.br.

Resolução da Anatel alterou números telefônicos 0800 da Ceriluz

Os números telefônicos de contato 24 horas, gratuitos, também ganharam função essencial no período da Pandemia. Mas no período, eles passaram por uma alteração importante, que ampliou os desafios no sentido de estimular seu uso em detrimento dos atendimentos presenciais. Houve uma mudança no número principal número 0800 da Cooperativa, que passou a contar com onze dígitos, em atendimento a Resolução nº 709, de 27 de março de 2019, da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Assim o tradicional número da Cooperativa passou a ser 0800 051 3130. As ligações, no entanto, continuaram gratuitas, de qualquer telefone fixo ou celular, 24 horas por dia.

Focado nessa mudança a Cooperativa disponibilizou outro número, dando mais uma opção ao associado: 0800 040 1010, também já com onze dígitos. Estes números pertencem a operadoras diferentes, dessa forma, caso uma linha fique fora de operação, por algum motivo, a outra deve seguir disponível.

Ceriluz estimulou envio de faturas via email

Para evitar que os associados necessitassem se dirigir a pontos de pagamento de suas faturas de energia, a Cooperativa também estimulou seus associados a optarem pelo recebimento de suas faturas por email e o débito em uma conta bancária. Além de contribuir para a prevenção da COVID-19, a iniciativa também oportuniza a redução de custos e benefícios ao meio ambiente, diminuindo o uso de papel e tinta na impressão das mesmas. Com o objetivo de ampliar o número de associados nessa modalidade a Ceriluz realizou campanha de estímulo por meio de seus canais de comunicação próprios e também nos veículos de comunicação regionais. A adesão pode ser feita por qualquer canal de atendimento da Cooperativa. Essa atitude facilita em muito a vida do associado, que não terá mais o compromisso mensal de quitar seu débito com a Ceriluz em uma lotérica e não correrá o risco de, por um esquecimento, ter o fornecimento de energia interrompido.

Com foco na participação digital, assembleias aprovaram as contas da Ceriluz



Eventos exigiram estrutura complexa para o compartilhamento do que acontecia no espaço presencial com o público da sala virtual, que acompanhava as assembleias de suas casas.

A Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda., - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO, foi realizada no dia 19 de março, às 14 horas, no formato semipresencial, priorizando o acesso online considerando as limitações da Pandemia. Todas as informações, como a prestação de contas da administração, incluindo o relatório de gestão, demonstrações contábeis do exercício e pareceres, foram apresentadas em tempo real para os participantes da reunião virtual e estes, por meio da plataforma utilizada, puderam interagir no ambiente virtual, assim como os que estavam presentes no Salão de Atos, junto à Afucoper, em Ijuí. Contabilizando os votos dos associados presentes na sala presencial e online, os relatórios de gestão de ambas as cooperativas foram aprovados.

Destaque no relatório para a sequências dos trabalhos da Cooperativa mesmo no período da Pandemia, por ser a distribuição de energia essencial. Diferente do que se viu no país, a demanda de energia da Ceriluz cresceu 9,45% em 2020, reflexo da realidade social e econômica de nossa região, onde, além dos fatores da Pandemia, ainda enfrentou uma estiagem, o que fez com que o setor agropecuário consumisse ainda mais energia, na forma de irrigação, com crescimento de 22,5% no consumo da Classe Rural.

Tarifa de Energia registra reajuste médio de 13,03%

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) definiu no dia 27 de julho as novas tarifas de 15 Cooperativas Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Entre elas estava a Ceriluz que recebeu um reajuste médio das tarifas de 13,03%, em vigor a partir do dia 30 de julho. Individualmente, a agência definiu um reajuste de 12,06% para os consumidores de Alta Tensão, que incluem as classes Industrial e Comercial, e de 14,28% para os consumidores de Baixa Tensão, entre eles as classes Rural e Residencial.

O reajuste representa uma variação de custos de praticamente dois anos, considerando que no período tarifário 2020/21 a Cooperativa fez um esforço no sentido de não reajustar suas tarifas. Na ocasião ocorreu uma redução média de 0,55%, nos valores pagos pelos associados em relação aos praticados no período tarifário 2019/20. Além disso, no período de abril a julho de 2020, a Cooperativa concedeu um desconto de 10% sobre as tarifas de todos os associados, com o objetivo de minimizar os efeitos gerados pela estiagem e pela Pandemia do Coronavírus.

Investimentos garantiram melhoria no abastecimento de energia

O Ano de 2021 foi de muitos investimentos na infraestrutura de distribuição de energia. Entre os destaques, a construção da Subestação Ceriluz 03, a ampliação de carga da Subestação Ceriluz 02 e também a construção de novos alimentadores, assim como o deslocamento de redes, visando atender solicitações de ações ou órgãos públicos, entre outras iniciativas. Vejamos alguns desses investimentos.

Subestação Ceriluz 03 entrou em operação em maio

Entrou em operação no dia 05 de maio a Subestação Ceriluz 03, novo empreendimento da Cooperativa no município de Ijuí. Localizada na Linha 01 Leste, próxima a rodovia RS-155 ela somou-se a outros empreendimentos elétricos da Cooperativa, que conta na região também com a Subestação Ceriluz 01 (22,5 MVA), em Chorão, em Ijuí, e a Subestação Ceriluz 02 (22,5 MVA), em São Jacó, Santo Augusto. Além das estruturas da Cooperativa, no lado oposto da rodovia se encontram também as Subestações Ijuí 02, da Eletrosul, e a Subestação do Departamento Municipal de Energia de Ijuí – DEMEI 01, formando um importante complexo energético no local.

A Subestação Ceriluz 03 é composta por dois transformadores de 12,5 MVA, totalizado uma potência final de 25 MVA. Além da estrutura específica da subestação, outros investimentos foram necessários considerando a conexão da mesma com o sistema elétrico. Para atender aos associados, o que inclui um significativo número de indústrias, a Ceriluz construiu um novo alimentador quadruplo, de 4,4 quilômetros de extensão, composto por redes compactas de 185mm, onde uma irá abastecer a região Norte de Ijuí, duas atenderão as empresas e indústrias de grande porte localizadas na área industrial do município e a quarta vai se conectar a Subestação Ijuí 01, da CEEE, e abastecer a região leste.



Nova Subestação, construída em Ijuí, ao lado da PCH Ijuí Centenária, também do Grupo Ceriluz.

Ceriluz altera traçado de rede trifásica no município de Bozano

A Ceriluz concluiu no dia 02 de outubro a obra de mudança de traçado da rede trifásica localizada às margens da BR-285, na área urbana do município de Bozano. O projeto foi motivado pela implantação das ruas paralelas de acesso à cidade. Os trabalhos tiveram início em agosto de 2020 e se estenderam devido ao atraso para conclusão da pavimentação de algumas ruas de acesso.

No total, foram modificados 1,83 km de rede primária trifásica, de 23 mil volts, onde o padrão de montagem convencional, rede nua, foi substituído pela formação de rede compacta, constituída por condutores cobertos e separadores losangulares. Da mesma forma, na rede de baixa tensão, o padrão convencional foi substituído pelo multiplexado, em aproximadamente 1,2 km.

Ceriluz e Unijuí desenvolvem sistema para leitura remota de medidores de energia



Técnicos da Ceriluz e professores da universidade, responsáveis pelo desenvolvimento do projeto.

Com o objetivo de qualificar a leitura de energia entre os associados a Ceriluz e Unijuí idealizaram e desenvolveram um novo sistema de leitura remota de medidores. A entrega oficial aconteceu no dia 10 de agosto, que reuniu representantes das Ceriluz e Unijuí. O sistema se caracteriza por um conjunto de programas computacionais elaborados para fazer a leitura remota dos dados dos medidores de energia de clientes do Grupo A, englobando aproximadamente 300 consumidores.

O novo sistema foi desenvolvido pelo Grupo de Automação e Controle (GAIC) da Unijuí e possibilita a utilização de uma série de informações de forma online, para análise de carga do sistema e identificação de interrupções no fornecimento de energia. Dessa forma possibilita a análise de forma rápida e segura da qualidade de energia

fornecida aos consumidores, aumentando a confiabilidade do sistema e reduzindo significativamente o tempo necessário para realizar o faturamento, minimizando o tempo entre a leitura inicial e a emissão da fatura para pagamento por parte do consumidor.

Licença define manejo de vegetação sob redes de distribuição ode energia

As questões referentes à preservação ambiental sempre são consideradas pelos gestores e colaboradores da Ceriluz. Um dos destaques se dá para o manejo das árvores próximas às redes de distribuição de energia, de forma que elas não sejam causadoras de falta de energia em períodos de intempéries, especialmente quando ocorrem ventos fortes. Com o objetivo de minimizar essas consequências a Ceriluz faz o manejo regular na chamada faixa de servidão, que compreende uma área de 15 metros, e para isso conta com a Licença Única número 341/2019, emitida pela FEPAM/RS, vigente até julho de 2024, que trata de licenciamento do manejo de vegetação, nativa e exótica, para manutenção das Faixas de Segurança das Redes de Distribuição de Energia Elétrica de até 38 kV, em áreas rurais ou urbanas, na área de abrangência da Cooperativa. Essa licença está embasada na resolução do CONSEMA nº 358/2017. A Licença traz normas específicas para o manejo de árvores embaixo e próximas a redes, que incluem a poda da vegetação, ou mesmo, o corte de árvores, sendo que essas intervenções visam à eliminação de riscos iminentes para o fornecimento de energia ou mesmo para a população local.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 14.533 consumidores.



4.1.1. Ligação de Consumidores

2016	Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
1.540	Residencial	1.574	1.603	3.931	3.975	4.122
679	Comercial	696	706	717	713	827
58	Industrial	45	43	54	56	52
11.142	Rural	11.109	11.206	8.986	9.190	9.235
142	Poderes Públicos	137	134	133	136	135
29	Iluminação Pública	29	29	28	28	16
71	Serviço Público	150	150	148	143	146
13.661	Total	13.740	13.871	13.997	14.241	14.533
	Variação	0,58%	0,95%	0,91%	1,74%	2,05%

Foram realizadas no ano, 292 novas ligações.

4.1.2. Consumidores por Município

Na tabela abaixo estão demonstradas as quantidades de consumidores da Cooperativa distribuídos nos vinte e quatro municípios da área de atuação.

2016	Consumidores Por Município	2017	2018	2019	2020	2021
4.113	Ijuí	4.139	4.218	4.300	4.441	4.595
1.401	Catuípe	1.400	1.400	1.404	1.399	1.409
1.349	Ajuricaba	1.364	1.361	1.356	1.358	1.379
1.544	Augusto Pestana	1.537	1.562	1.563	1.590	1.625
532	Chiapetta	536	533	524	530	525
193	Jóia	191	195	194	200	203
328	Santo Augusto	330	331	332	332	339
1.294	Coronel Barros	1.336	1.346	1.372	1.388	1.427
358	Inhacora	351	355	350	353	352
138	São Valerio do Sul	134	132	132	131	135
3	Cruz Alta	3	3	3	3	3
1.063	Nova Ramada	1.073	1.080	1.090	1.099	1.111
11	Coronel Bicaco	12	11	11	11	11
24	Santo Angelo	22	21	21	20	20
10	Eugenio de Castro	10	10	10	10	9
3	Condor	3	2	1	2	2
276	Boa Vista do Cadeado	273	275	281	287	283
993	Bozano	999	1.010	1.029	1.054	1.072
4	Entre-Ijuis	4	4	3	4	4
-	São Martinho	2	2	2	2	2
9	Alegria	6	6	6	10	10
5	Independência	5	5	4	4	4
9	Girua	9	8	8	12	12
1	Pejuçara	1	1	1	1	1
13.661	Total	13.740	13.871	13.997	14.241	14.533
	Variação	0,58%	0,95%	0,91%	1,74%	2,05%

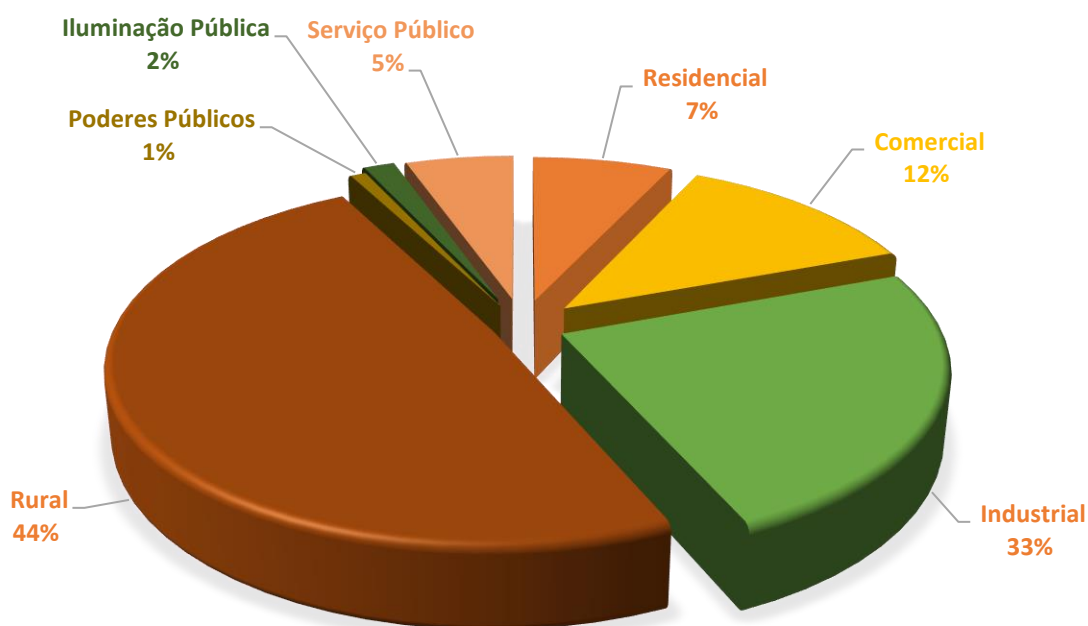
4.1.3. Comportamento de Mercado

A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2021 em relação ao ano de 2020. A Cooperativa totalizou a distribuição de 157 GWh no ano de 2021, número 2,61% superior aos 153 GWh do ano anterior.

2016	Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
121	Energia Faturada	120	127	133	146	129
121	Fornecimento	120	127	133	146	129
3	Residencial	3	4	9	9	9
12	Comercial	12	14	15	14	16
47	Industrial	45	44	47	49	31
51	Rural	51	55	52	64	63
1	Poderes Públicos	1	1	1	1	1
2	Iluminação Pública	2	2	2	2	2
5	Serviço Público	6	7	7	7	7
	Suprimento p/ agentes de distr.			4	13	14
1	Uso da Rede de Dsitribuição	1	2	4	7	28
1	Consumidores Livres/Dist./Ger.	1	2	4	7	28
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-		
122	Total	121	129	137	153	157
	Variação	-0,82%	6,61%	6,20%	11,68%	2,61%

A seguir gráfico demonstrando os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2021.

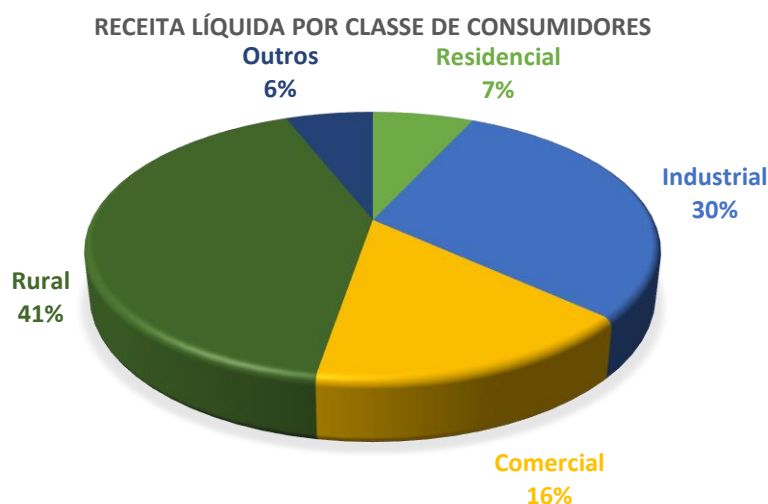
CONSUMO POR CLASSE



4.1.4. Ingressos/ Receita Líquida

Os ingressos/receita recorrente do fornecimento de energia elétrica, (excluindo os impostos e bandeiras tarifárias) importou em 2021 o montante de R\$ 66,857 milhões, um aumento de 17% conforme quadro a seguir:

Classe	2021	2020	%
Residencial	4.601	4.391	5%
Industrial	19.958	17.515	14%
Comercial	10.640	7.141	49%
Rural	27.682	24.470	13%
Outros	3.976	3.593	11%
Total	66.857	57.110	17%



4.1.5. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 2,05% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2021	2020	Δ%
Residencial	4122	3975	3,70
Industrial	52	56	(7,14)
Comercial	827	713	15,99
Rural	9235	9190	0,49
Outros	297	307	(3,26)
Total	14.533	14.241	2,05

4.1.6. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2021 o valor de R\$ 472,27/MWh, um aumento de 8,95% em relação a dezembro de 2020.

Classe	2021	2020	Δ%
Residencial	508,23	485,46	4,69
Industrial	402,88	356,18	13,11
Comercial	541,49	511,91	5,78
Rural	436,48	380,41	14,74
Total	472,27	433,49	8,95

4.1.7. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha, as mesmas cores dos semáforos e indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade. Cada modalidade apresenta as seguintes características:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01874 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,03971 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,09492 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira escassez hídrica: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,1420 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas.

Anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

4.1.8. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa.

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2021	10,46	9,28	1,33
2020	10,31	8,98	1,72
2019	14,81	11,03	1,5
2018	13,8	11,39	1,49
2017	13,53	10,82	2,04

A figura 1 mostra o comportamento do indicador DEC, que verifica o tempo médio que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

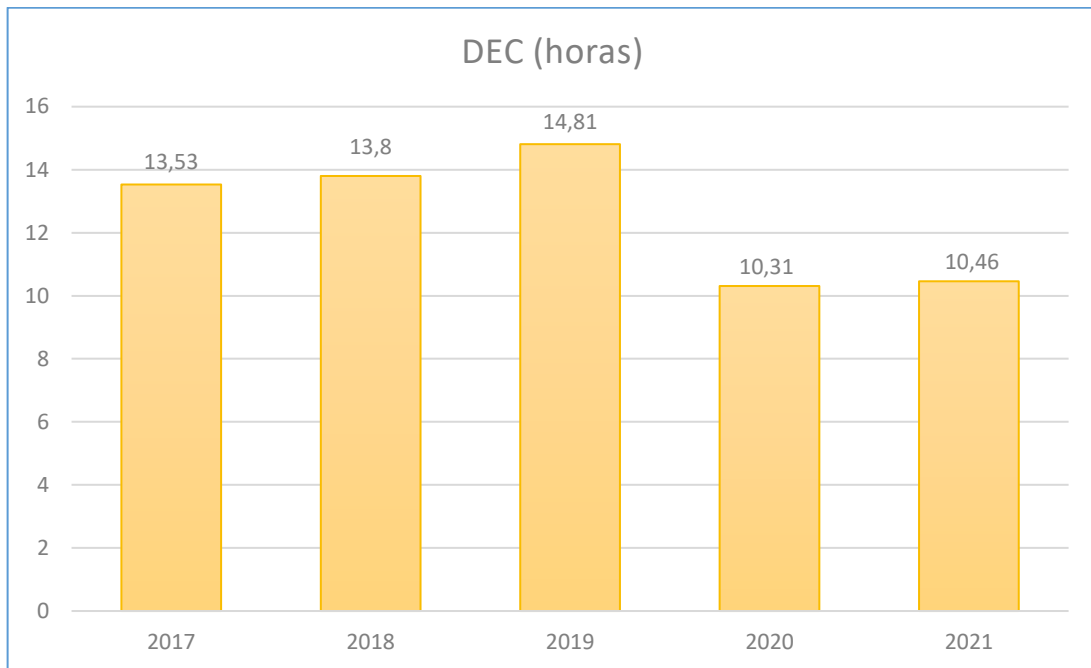


Figura 1 - Comportamento do DEC

Já a figura 2 traz o comportamento do indicador FEC, que mostra em média a frequência que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

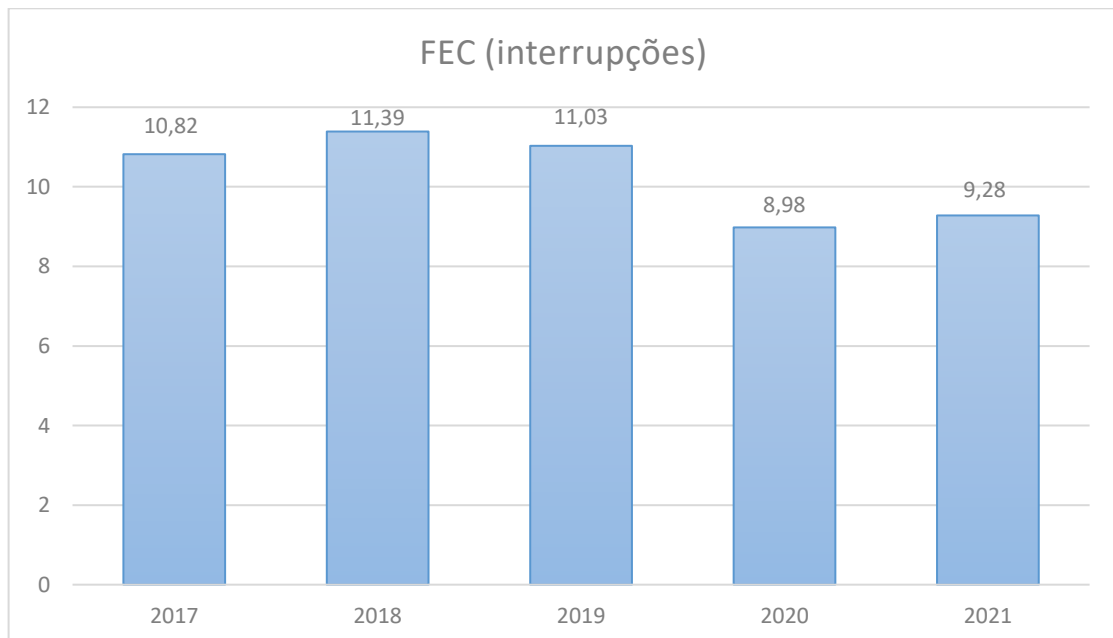


Figura 2 - Comportamento do FEC

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria o principal indicador é o TMA, que mede o tempo médio de atendimento das ocorrências emergências desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa até a resolução do problema. O gráfico da figura 3 mostra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

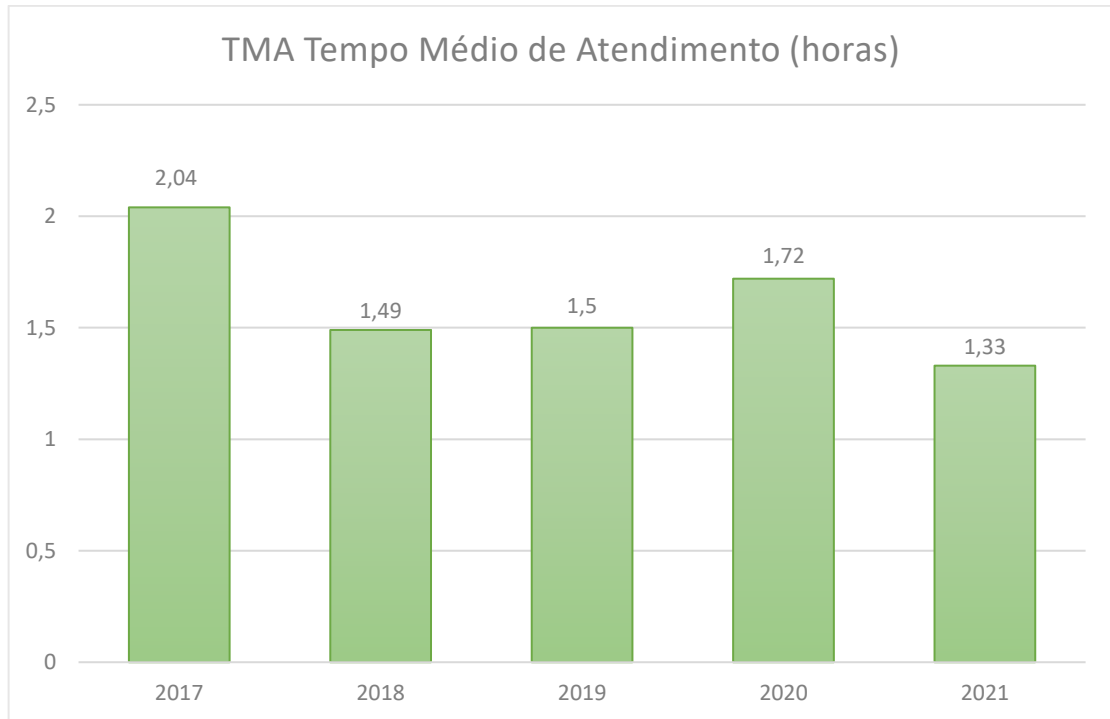


Figura 3: Comportamento do TMA

4.1.9. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos telefones 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa. O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuípe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros. As solicitações de indenizações por danos obtiveram reduziram em 2021, o número passou de 71 em 2020 para 57 em 2021, representando uma redução de 19,72%, dessas solicitações, 30 foram procedentes em 2021 e 23 em 2020, um aumento de 30,43%.

Em relação aos serviços comerciais, como faturas de energia, projetos, alterações em caixas de medição e aumento de carga instalada, apresentou um aumento de 3,33% em atendimentos realizados, sendo 3.392 em 2020 e 3.505 em 2021. Os atendimentos fora do prazo, tiveram uma redução de 18,18% e a eficiência no atendimento manteve o mesmo indicador.

O número de reclamações de consumidores encaminhadas para a Empresa reduziu em 43,26%, além disso não tivemos reclamações à ANEEL e apenas 1 ao PROCOM e a justiça.

Satisfação do Cliente	2021	2020	%
Índice de Satisfação IASC	*	84,38%	0,00%
Índice de Satisfação do tratamento das reclamações	96,95	95,30	1,73%
Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços	96,20	95,40	0,84%
Atendimento ao Cliente	2021	2020	%
Call Center	19457	18457	5,42%
Chamadas Recebidas (unid)	48699	22567	115,80%
Numero Medio de Atendentes (unid)	2	2	0,00%
INS Índice de Nível de Serviço (%)	84,46%	87,62%	-3,61%
lab - Índice de Abandono (%)	6,03%	4,82%	25,10%
TMA - Tempo Medio de Atendimento (s)	134,00	135,00	-0,74%
Indenização por Danos	2021	2020	%
Volume de solicitações (unid)	57	71	-19,72%
Procedentes (unid)	30	23	30,43%
Indicadores de Reclamações	2021	2020	%
Reclamações Procedentes	40	78	-48,72%
DER (horas)	70,40	63,40	11,04%
FER (unid)	0,20	0,50	-60,00%
Violações de prazos de serviços comerciais	2021	2020	%
Atendimentos realizados (unid)	3505,00	3392,00	3,33%
Atendimentos realizados fora do prazo (unid)	9,00	11,00	-18,18%
Eficiência do atendimento (%)	99,70%	99,70%	0,00%
Numero de reclamações de consumidores encaminhadas	2021	2020	%
À Empresa	240,00	423,00	-43,26%
À ANEEL	0,00	2,00	-100,00%
Ao PROCON	1,00	3,00	-66,67%
À Justiça	1,00	0,00	100%
Indicadores Ambientais	2021	2020	%
Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km)	28,49	27,01	5,48%
Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana.	52,76	50,48	4,52%
Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km)	26,03	23,91	8,87%
Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	35,22	31,89	10,44%

* O índice de satisfação do cliente IASC do ano de 2021 ainda não foi divulgado

4.1.10. Frota

A frota da cooperativa sofre constante manutenção e substituição. No ano de 2021 foram gastos em manutenção 851 mil reais valor 29% superior a 2021. No período, foram adquiridos 7 picapes e alienados 2 veículos de passeio.

Veículos	2021	2020
Caminhões	5	5
Picapes	22	15
Veículos de Passeio	4	6
Total	31	26

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1. Análise do Resultado

Em 2021, a sobra foi de 7,666 milhões, um crescimento de 1,9% em relação a 2020 que foi de R\$ 7,523. As Receitas de Fornecimento, Suprimento e Uso da Rede, aumentaram em R\$ 15,027 milhões, o que representa um acréscimo de 20,63% em relação ao ano anterior. O referido acréscimo tem origem no aumento da energia no reajuste tarifário de 2021 e no recolhimento das bandeiras tarifárias.

As outras receitas operacionais tiveram um aumento de R\$ 1,434 milhões, esse aumento ocorreu no registro da ICPC01 – Receita de Construção, pois os investimentos em construções de redes e subestações atingiram o montante de R\$ 16,059 milhões no ano.

Os custos não gerenciáveis – Parcela A tiveram um aumento de 3,11%. Enquanto o custo da energia comprada foi R\$ 3,230 milhões inferior ao ano anterior, os custos com encargos de transmissão, conexão e distribuição aumentaram R\$ 3,669 milhões.

Os Custos Gerenciáveis – Parcela B totalizaram no período R\$ 41,472 milhões, 10,77% superior ao ano de 2020 que registraram R\$ 37,441 milhões. A maior parte desse aumento deve-se ao Plano de Demissão Voluntária adotado pela cooperativa para funcionários que estavam aposentados ou em via de se aposentar.

5.2. Variações Patrimoniais

Em 2021 o patrimônio líquido da cooperativa aumentou em R\$ 5,892 milhões, tendo passado de R\$ 71,026 milhões em 2020 para R\$ 76,918 milhões em 2021, o que corresponde um aumento de 8,3%.

O ativo circulante reduziu 10,421 milhões, ou seja 28,15%. Em contrapartida o ativo não circulante aumentou 17,24% ou seja R\$ 12,692 milhões. O que ocasionou essa redução do ativo circulante e aumento do não circulante foi devido a construção da subestação Ceriluz 3.

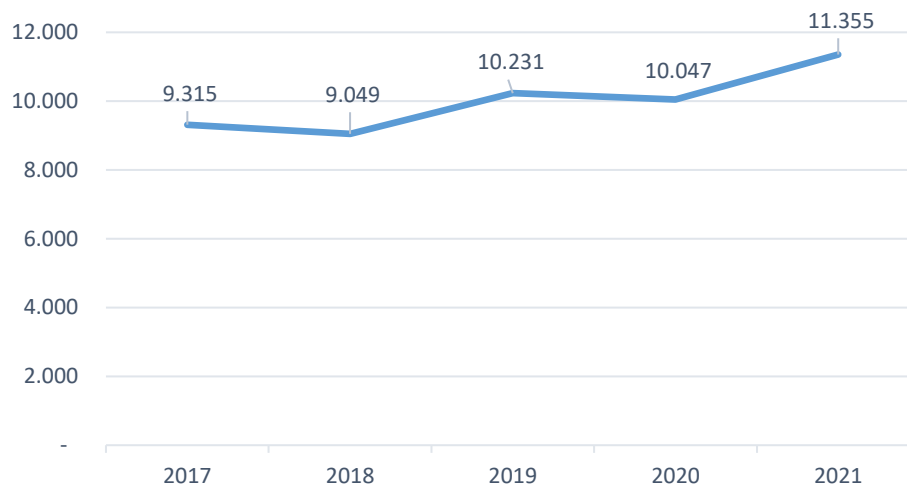
No passivo circulante, a maior variação ocorreu na conta de encargos setoriais que aumentou 195,77% passado de R\$ 1,466 milhões para R\$ 4,336 milhões. Esse aumento foi devido a arrecadação das bandeiras tarifárias dos consumidores no mês de dezembro de 2021 e ainda não repassadas para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

No passivo não circulante a conta com maior acréscimo foi a de Obrigações Vinculadas a Permissão, nessa conta estão a participação do consumidor em obras, em que teve um acréscimo de R\$ 1,644 milhões, devido principalmente a obras para pivôs de irrigação.

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA	2021	2020	%
Receita Operacional Líquida	81.544	76.535	7%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(89.122)	(83.652)	7%
(-) Outras Despesas Operacionais	(1.087)	(1.137)	-4%
(+) Outra Receitas Operacionais	16.702	15.268	9%
Resultado da Atividade ou EBIT	8.037	7.014	15%
(+) Depreciação e Amortização	3.318	3.033	9%
EBITDA	11.355	10.047	13%
Margem EBITDA (%)	14	13	6%

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 11,355 milhões, superior em 13% a 2020, que foi de R\$ 10,047 milhões, conforme evolução abaixo.

EBITDA



5.3. Investimentos

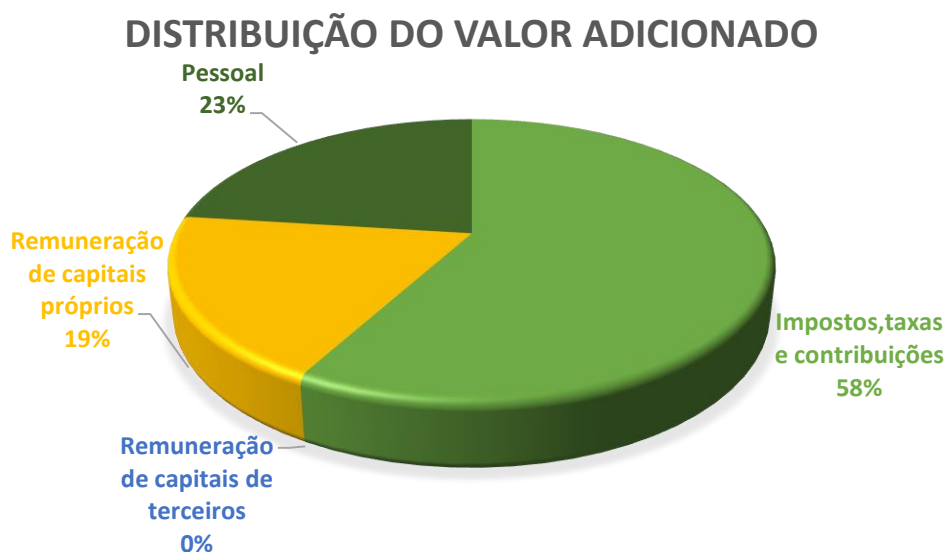
Em 2021, os investimentos da cooperativa, importaram em 16,059 milhões, 6% superiores em relação a 2020, que foi de 15,124 milhões.

5.4. Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 1,550 milhões junto ao Sicredi.

5.5. Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 55,301 milhões, representando 42,34% dos ingressos/ Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



5.6. Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2021
A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2021	2020
CIRCULANTE		26.591	37.012
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.944	16.842
Consumidores	8	13.673	10.209
Concessionárias e permissionárias	8	226	206
Serviços em curso	9	730	600
Tributos compensáveis	10	1.192	891
Depósitos judiciais e cauções	11	-	405
Almoxarifado operacional	12	755	773
Investimentos temporários	13	56	42
Ativos regulatórios	14	2.275	3.503
Despesas pagas antecipadamente	15	66	68
Outros ativos circulantes	16	3.674	3.473
NÃO CIRCULANTE		86.323	73.631
Tributos compensáveis	10	1.858	1.513
Depósitos judiciais e cauções	11	44	76
Outros ativos não circulantes	17	10.048	7.831
Bens e atividades não vinculadas a concessão	18	110	105
Imobilizado	19	3.509	2.953
Intangível	19	70.754	61.153
TOTAL DO ATIVO		112.914	110.643

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	2021	2020
CIRCULANTE		20.554	15.518
Fornecedores	20	3.584	3.113
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	3609	946
Obrigações sociais e trabalhistas	22	2.055	2.085
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	23	554	687
Encargos setoriais	25	4.336	1.466
Passivos regulatórios	26	3.468	2.311
Outros passivos circulantes	27	2.948	4.910
NÃO CIRCULANTE		15.442	24.099
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	7.031	9.054
Provisão para litígios	24	130	4.086
Passivos regulatórios	26	0	4.322
Outros passivos não circulantes	28	22	22
Obrigações vinculadas a permissão	29	8.259	6.615
TOTAL DO PASSIVO		35.996	39.617
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30		
Capital social		7.446	7.444
Reservas de capital		568	568
Outros resultados abrangentes		4.163	4.988
Reservas de sobras		63.002	56.251
Sobras à disposição da Assembleia		1.739	1.775
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.918	71.026
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		112.914	110.643

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	2.021	2.020
RECURSOS		
Resultado do Período	7.666	7.523
Demais Resultados	1.608	1.622
Realização de Reservas Reavaliação	496	525
Reversão da Baixa da Reavaliação	328	218
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	784	879
Resultado do Exercício Abrangente	9.274	9.145
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal	580	267
Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	580	267
Destinações de Caráter Legal - Estatutárias	6.955	7.102
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.912	3.995
Fates/Rates - 5% - Artigo 47	435	444
Reserva Manutenção Redes 30% - Artigo 47	2.608	2.664
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.739	1.775

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
(Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2019	7.442	568	5.730	49.761	1.542	65.043
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.542)	(1.542)
Realização do Capital	2	-	-	-	-	2
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(218)	-	218	-
Realização de Reavaliação	-	-	(525)	-	525	-
Realização do FATES	-	-	-	(879)	879	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	7.523	7.523
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.995	(3.995)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	444	(444)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.663	(2.663)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	267	(267)	-
Saldo em 31.12.2020	7.444	568	4.987	56.251	1.776	71.026
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.776)	(1.776)
Realização do Capital	2	-	-	-	-	2
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(328)	-	328	-
Realização de Reavaliação	-	-	(496)	-	496	-
Realização do FATES	-	-	-	(784)	784	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	7.666	7.666
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.912	(3.912)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	435	(435)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.608	(2.608)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	580	(580)	-
Saldo em 31.12.2021	7.446	568	4.163	63.002	1.739	76.918



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.5. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	2021	2020
Receita / Ingresso	32	113.909	97.164
Fornecimento de energia elétrica		41.683	34.719
Suprimento de energia elétrica		2.634	1.870
Disponibilização do sistema de distribuição		43.567	36.268
Ativos e Passivos Regulatórios		1.858	1.527
Serviços cobráveis		8	8
Doações, contrib. e subvenções		24.159	22.772
Tributos	33	(14.888)	(12.568)
ICMS		(13.768)	(11.837)
PIS-PASEP		(199)	(130)
COFINS		(921)	(601)
Encargos - Parcela "A"	34	(17.477)	(8.061)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(9.168)	(7.218)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(168)	(154)
Outros encargos		(8.141)	(689)
Receita líquida / Ingresso líquido		81.544	76.535
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	35	(47.650)	(46.211)
Energia elétrica comprada para revenda		(32.737)	(34.967)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(14.913)	(11.244)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		33.894	30.324
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	36	(41.472)	(37.441)
Pessoal e administradores		(14.136)	(11.541)
Material		(2.869)	(2.600)
Serviços de terceiros		(4.138)	(3.812)
Arrendamentos e aluguéis		(53)	(46)
Seguros		0	(11)
Provisões		3.132	(9)
(-) Recuperação de despesas		321	268
Tributos		(63)	(56)
Depreciação e amortização		(3.318)	(3.033)
Gastos diversos		(20.348)	(16.601)
Outras receitas operacionais	37	16.702	15.268
Outras despesas operacionais	38	(1.087)	(1.137)
Resultado da Atividade		8.037	7.014
Resultado Financeiro		(104)	611
Despesas financeiras		(865)	(144)
Receitas financeiras		761	755
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		7.933	7.625
Contribuição social		(77)	(33)
Imposto de renda		(190)	(69)
Resultado líquido do exercício		7.666	7.523

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2021	%	2020	%
1. Receitas	130.612		112.433	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	89.742		74.384	
Receita c/ Construção	16.059		15.124	
Outras receitas (ativos não circ. e ativos constr. para uso próprio)	24.811		22.925	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	72.754		70.215	
Custo c/ Construção	16.059		15.124	
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	47.650		46.212	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	9.045		8.879	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	57.858		42.218	
4. Depreciação, amortização e exaustão	3.318		3.033	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA (3-4)	54.540		39.185	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	761		755	
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	761		755	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	55.301		39.940	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	11.356	20,53%	9.179	22,98%
Remuneração direta	7.715	13,95%	6.723	16,83%
Benefícios	2.295	4,15%	1.635	4,09%
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	1.346	2,43%	821	2,06%
Impostos, taxas e contribuições	35.414	64,04%	23.095	57,82%
Federais	21.645	39,14%	11.258	28,19%
Estaduais	13.768	24,90%	11.836	29,63%
Municipais	1	0,00%	1	0,00%
Remuneração de capitais de terceiros	865	1,56%	144	0,36%
Juros	865	1,56%	144	0,36%
Remuneração de capitais próprios	7.666	13,86%	7.522	18,83%
Lucros retidos	7.666	13,86%	7.522	18,83%
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	55.301	100%	39.940	100%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - Método Direto
(Valores em milhares de reais)

	2.021	2.020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	49.533	46.335
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	43.567	34.397
(+) Arrecadação Venda para Suprimento de Energia	2.634	1.870
(+) Serviço Taxado	8	8
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	23.287	22.751
(+) Outros Recebimentos Operacionais	715	33
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(24.571)	(20.617)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(38.854)	(38.716)
(-) Salários e Encargos Sociais	(15.291)	(12.420)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(963)	(785)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(12.162)	(10.720)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(151)	(80)
(-) Encargos de Transmissão	(6.945)	(5.653)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(14.010)	(7.422)
(-) Outras Despesas Operacionais	(10.928)	(3.122)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(1.289)	(381)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(5.420)	5.478
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	425	204
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	149	193
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(13)	(13)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(9.234)	(12.401)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	1.532	848
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(7.141)	(11.169)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Curto Prazo	442	946
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	-	14.817
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(778)	(1.125)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(336)	14.638
Caixa Líquido Gerado no Período	(12.897)	8.947
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.841	7.895
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.944	16.842
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	(12.897)	8.947

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, através dos serviços de distribuição de energia elétrica, prestação de outros serviços aos seus associados e estímulo à prática de novas atividades rurais, mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e racionalização dessas atividades.

A entidade é regida pelo estatuto e pelas disposições legais em vigor. Na condição de permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, como área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe, todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A cooperativa possui 14.533 consumidores.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 5.764/71 em conjunto com pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho federal de contabilidade (CFC).

Nota 4 – Base para Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de ingressos/receitas e dispêndios/despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, exceto quando especificado em contrário.

Nota 5 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 6 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Consumidores

Englobam os valores a receber e são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

Os dispêndios/despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

Os referidos dispêndios/despesas totalizaram R\$ 879 mil em 2021 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos e treinamentos aos colaboradores, plano de saúde e encontros palestras associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

Nota 7 – Caixa e Equivalentes de Caixa

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Venci- mento</u>	<u>Remuner. no Venc. %</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e Bancos				1.334	2.300
Sicredi	Sicredinvest	28/09/29	100% CDI	-	310
Sicredi	Sicredinvest	14/04/25	100% CDI	-	203
Sicredi	Sicredinvest	23/12/26	97% CDI	401	-
Sicredi	RDC Dist Resultados	30/03/26	95% CDI	2	-
Banco do Brasil S.A	CDB-DI	Diário	97% CDI	10	1.403
Banco Santander S.A	CDB-DI	Diário	94,5% CDI	-	501
Caixa Econômica Federal	CDB-DI	Diário	95,5% CDI	2.074	12.020
Poupança Sicredi	CDB-DI	Diário	70% CDI	23	1
Cresol Ijuí	CDB-DI	03/01/20	100% CDI	-	104
Unicred	CDI UNICRED 60 DIAS	08/12/26	80% CDI	100	-
TOTAL	-	-	-	3.944	16.842

Nota 8 – Consumidores

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2021 LIQUIDO	TOTAL 2020 LIQUIDO	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	11.600	-	1.045	5	7	80	(88)	19	24	15	13	(7)	12.713	9.631
- Residencial	778	-	235	2	4	21	(28)	4	10	2	5	(4)	1.029	737
- Industrial	1.414	-	64			11	(11)	10	-	9		-	1.497	2.056
- Comercial	1.480	-	333	2	1	5	(6)	-	3	1	6	(1)	1.824	1.098
- Rural	5.118	-	404	1	2	40	(40)	5	11	3	2	(2)	5.544	3.054
- Poderes Públicos	35	-	2	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	37	32
- Iluminação Pública	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	31
- Serviço Público	446	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	453	361
- Serviço Taxado	1	-	-	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	1	1
- Fornecimento Não Faturado	2.290	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.290	2.261
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	81	777	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	870	469
Outros Créditos	64	-	25	1	1	4	(5)	-	-	-	-	-	90	109
TOTAL CONSUMIDORES	11.745	777	1.082	6	8	84	(93)	19	24	15	13	(7)	13.673	10.209
Suprimento Energia - Moeda Nacional	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180	164
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	42
Energia Elétrica de Curto Prazo	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-
TOTAL CONCESSIONARIAS E PERMISSONARIAS	226	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	226	206
TOTAL	11.971	777	1.082	6	8	84	(93)	19	24	15	13	(7)	13.899	10.415

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 93 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 9 – Serviços em Curso

	2021	2020
Manutenção de Redes	694	547
Administração	36	53
Total de Serviços em Curso	730	600

Nota 10 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

	2021	2020
ICMS a Recuperar Curto Prazo	1.192	886
IRRF a Compensar	-	-
IRRF a Recuperar	-	3
Contribuição Social Estimada	-	2
Total de Tributos Compensáveis	1.192	891

Ativo Não Circulante

	2021	2020
ICMS a Recuperar Longo Prazo	1.858	1.513
Total de Tributos Compensáveis	1.858	1.513

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 11 – Depósitos Judiciais e Cauções

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2021	Valor Estimado 2020
Trabalhistas	-	30	30	62
Cíveis	-	14	14	14
Fiscais	-	-	-	405
Total de Contingências	-	44	44	480

Nota 12 – Almoxarifado Operacional

	2021	2020
Almoxarifado de Manutenção de Redes	706	702
Resíduos e Sucatas	49	71
Total do Estoque	755	773

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 13 – Investimentos Temporários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2021	2020
Banrisul Capitalização	53	39
BB Capitalização	3	3
Total Títulos e Valores Mobiliários	56	42

Nota 14 – Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	3.503	2.550	(3.778)	2.275	1.673	602	2.275	-
Repasse de PIS/COFINS Suprimento	3.003	2.041	(3.267)	1.777	1.382	395	1.777	-
Ajuste CUST PIS/ COFINS ONS	280	509	(291)	498	291	207	498	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	220	-	(220)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.503	2.550	(3.998)	2.275	1.673	602	2.275	-

Nota 15 – Dispêndios/ Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta dos dispêndios/despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2021	2020
Publicidade	66	68
Total Despesas Pagas Antecipadamente	66	68

Nota 16 - Outros Ativos Circulantes

	2021	2020
Reembolsos do Fundo da CDE	2.161	1.908
Empregados	98	137
Adiantamento a Fornecedores	196	352
Dispêndios a Reembolsar	686	706
Rendas a receber	7	3
Desativações e Alienações	526	367
Total Outros Recebíveis	3.674	3.473

Nota 17 – Outros Ativos não Circulantes

	2021	2020
Indenização pela Concessão a receber	9.867	7.650
Pagamentos Judiciais a Receber	181	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	10.048	7.831

Indenização pela Concessão a Receber

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

	2021	2020
Em Serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	8.633	6.420
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	511	511
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	657	653
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	48	48
Total Indenização pela Concessão a Receber	9.867	7.650

Nota 18 – Bens e Atividades Não Vinculadas a Concessão

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2021	2020
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	60	58
Participação SICREDI Catuípe	11	9
Participação CRESOL Santo Augusto	7	7
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	30	30
Participação Cresol Augusto Pestana	1	-
Participação UNICRED Ijuí	-	-
TOTAL	110	105

Nota 19 – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Distribuição	2.442	553	(405)	2.590	148	(1.280)	1.310	1.255
Veículos	2.442	553	(405)	2.590	148	(1.280)	1.310	1.255
Administração	752	114	(4)	862	110	(344)	518	513
Terrenos	40	-	-	40	-	-	40	40
Máquinas e Equipamentos	371	109	(4)	476	105	(212)	264	219
Veículos	208	-	-	208	-	(109)	99	129
Móveis e Utensílios	133	5	-	138	5	(23)	115	125
Subtotal	3.194	667	(409)	3.452	258	(1.624)	1.828	1.768
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Distribuição	575	1.060	(800)	841	260		841	575
Outros	581	1.060	(800)	841	260		841	575
Administração	610	343	(113)	840	230		840	610
Máquinas e Equipamentos	610	333	(103)	840	230		840	610
Outros	-	10	(10)	-	-		-	-
Subtotal	1.185	1.403	(913)	1.681	490	-	1.681	1.185
Total do Ativo Imobilizado	4.379	2.070	(1.322)	5.133	748	(1.624)	3.509	2.953

b) Intangível em Serviço e em Curso

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço								
Distribuição	73.999	8.438	(4.050)	78.387	4.388	(28.478)	49.909	47.686
Softwares	91	179	-	270	179	(101)	169	19
Outros	73.908	8.259	(4.050)	78.117	4.209	(28.377)	49.740	47.667
Administração	436	74	-	510	74	(421)	89	56
Softwares	426	74	-	500	74	(411)	89	56
Outros	10	-	-	10	-	(10)	-	-
Subtotal	74.435	8.512	(4.050)	78.897	4.462	(28.899)	49.998	47.742
Ativo Intangível em Curso								
Distribuição	13.411	24.653	(17.087)	20.756	7.566	-	20.756	13.411
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	97	-	-	97	-	-	97	97
Outros	13.093	24.653	(17.087)	20.659	7.566	-	20.659	13.314
Subtotal	13.411	24.653	(17.087)	20.756	7.566	-	20.756	13.411
Total do Ativo Intangível	87.846	33.165	(21.137)	99.653	12.028	(28.899)	70.754	61.153

c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão:

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais. Os valores contabilizados como dispêndios/despesas de depreciação e amortização no exercício de 2021 foram de R\$ 3,318 milhões.

Taxas de Depreciação (%)

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

e) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permissões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final das concessões/permissões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 20 – Fornecedores

	2021	2020
Encargos de Uso de Rede Elétrica	453	177
Suprimento de Energia	14	1.388
Materiais e Serviços	2.340	1.548
Compra de Energia Elétrica	777	-
Total Fornecedores	3.584	3.113

Nota 21 – Empréstimos e Financiamentos

Os valores dos empréstimos encontram-se atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas em cada contrato e classificados no Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os prazos de vencimento. Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 10 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de LP				
																2023	2024	2025	2026	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	3.609	-	3.609												2.221	2.397	2.368	45	7.031
CAPITAL DE GIRO CAIXA EMPRESARIAL MGE	-	2.020	-	2.020	Sim	nov-20	Outras		8,08%	26/01/22	Mensal	26/01/20	26/11/25	Mensal	SAC	2.183	2.359	2.330	-	6.872
CONSÓRCIO CONTEMPLADO CAIXA		18		18	Sim					16/01/22	Mensal		16/08/27	Mensal		17	17	17	27	78
CAPITAL DE GIRO SICREDI DAS CULTURAS		1.550		1.550	Sim	dez-21				15/01/22	Mensal		15/06/22							
CONSÓRCIO CONTEMPLADO SICREDI		21		21	Sim											21	21	21	18	81
Total por Dívida	-	3.609	-	3.609												2.221	2.397	2.368	45	7.031
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	3.609	-	3.609												2.221	2.397	2.368	45	7.031
Tributária	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-												-	-	-	-	-

Nota 22 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2021	2020
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	560	522
Consignação em Favor da Concessionária	31	24
Folha de Pagamento Líquida	226	248
Provisão de Férias	1.238	1.291
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.055	2.085

Nota 23 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2021	2020
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	201	566
CSLL a Recolher	26	5
IRPJ a Recolher	60	1
PIS s/ Faturamento	41	13
COFINS s/ Faturamento	188	60
I.S.S.Q.N a Recolher	9	13
INSS a Recolher	18	21
PIS/COFINS a Recolher	6	5
Imposto de Renda a Recolher	3	2
Contribuição Social a Recolher	2	1
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	554	687

Nota 24 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2020	780	-	3.306	4.086
Constituição	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	(3.306)	(3.306)
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-
Baixas	(650)	-	-	(650)
Outros	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	130	-	-	130
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	130	-	-	130

No ano de 2021 não foram constituídas provisões contábeis, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

Nota 25 – Encargos Setoriais:

	2021	2020
P&D - Empresa	-	84
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	-	284
Encargos CDE	885	652
Demais Encargos Setoriais	3.451	446
Total Encargos Setoriais	4.336	1.466

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

Demais Encargos Setoriais são encargos com compra de energia, como Encargos consolidados, custos de deslocamentos do PLD e ESS, além das bandeiras tarifárias arrecadadas dos consumidores para repasse a CCEE.

Nota 26 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação DIC FIC	1	16	(8)	9	-	9	9	
Programas Sociais Governamentais	-			-				
Quota Parte de Energia Nuclear	-			-				
Neutralidade da Parcela A	584	1.915	(1.538)	961	122	839	961	
Sobrecontratação de Energia	-			-				
Devoluções Tarifárias	-			-				
Outros	6.048	7.904	(11.454)	2.498	2.444	54	2.498	
Total Passivos Financeiros Setoriais	6.633	9.835	(13.000)	3.468	2.566	902	3.468	-

Nota 27 – Outros Passivos Circulantes

	2021	2020
Consumidor	82	33
Outros Credores	2.866	4.877
Total Passivos Circulantes	2.948	4.910

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Nota 28 – Outros Passivos não Circulantes

	2021	2020
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Total de Outras Contas a Pagar	22	22

Nota 29 – Obrigações Vinculadas a Permissão

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	7.263	1.241	-	-	8.504	1.241	(1.680)	6.824	5.872
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	7.113	1.241	-	-	8.354	1.241	(1.530)	6.824	5.872
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	150	-	-	-	150	-	(150)	-	-
Em curso	743	4.932	-	(4.240)	1.435	692	-	1.435	743
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	306	2.948	-	(2.686)	568	262	-	568	306
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	377	1.544	-	(1.265)	656	279	-	656	377
Valores Não Aplicados	60	440	-	(289)	211	151	-	211	60
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.006	6.173	-	(4.240)	9.939	1.933	(1.680)	8.259	6.615

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Nota 30 – Patrimônio Líquido

30.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 7,446 milhões é formado por cotas partes referentes a 16.713 associados em 31 de dezembro de 2021.

30.2. Natureza e Finalidade das Reservas

- a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se as necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

30.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2021	2020
Resultado do Exercício	9.274	9.145
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	580	267
Destinações de Caráter Legal Estatutário:	6.955	7.102
Fundo de Reserva Legal	3.912	3.995
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	435	444
Fundo de Manutenção e Expansão	2.608	2.664
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.739	1.775

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 31 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 7;

Consumidores: apresentadas na nota 8;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 21.

b) Valor Justo

	2021		2020	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.944	3.944	16.842	16.842
Contas a Receber	13.673	13.673	10.209	10.209
Empréstimos e Financiamentos	10.640	10.640	14.322	14.322
Total	28.257	28.257	41.373	41.373

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	3.944	-	3.944
Contas a Receber	-	13.673	-	13.673
Total	-	17.617	-	17.617
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	10.640	-	10.640
Total	-	10.640	-	10.640

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando os dispêndios/despesas financeiras (ou ingressos/receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 32 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2021	2020
Fornecimento de energia elétrica	41.683	34.719
Suprimento de energia elétrica	2.634	1.870
Disponibilização do sistema de distribuição	43.567	36.268
Ativos e Passivos Regulatórios	1.858	1.527
Serviços cobráveis	8	8
Doações, contrib. e subvenções	24.159	22.772
Total Receita / Ingresso	113.909	97.164

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização da receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga; Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 33 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

	2021	2020
ICMS	(13.768)	(11.837)
PIS-PASEP	(199)	(130)
COFINS	(921)	(601)
Total Tributos	(14.888)	(12.568)

Nota 34 – Encargos da Parcela “A”

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(9.168)	(7.218)
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(168)	(154)
Outros encargos	(8.141)	(689)
Total Encargos - Parcela "A"	(17.477)	(8.061)

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Outros encargos

Bandeiras Tarifárias - Instituída pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, passou a ser cobrada dos consumidores das permissionárias em 01/07/2015. Valor arrecadado é repassado a CCEE.

Nota 35 - Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Custo da Energia	2021	2020
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(32.737)	(34.967)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(14.913)	(11.244)
TOTAL	(47.650)	(46.211)

Nota 36 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

	2021	2020
Pessoal e administradores	(14.136)	(11.541)
Material	(2.869)	(2.600)
Serviços de terceiros	(4.138)	(3.812)
Arrendamentos e aluguéis	(53)	(46)
Seguros	-	(11)
Provisões	3.132	(9)
(-) Recuperação de despesas	321	268
Tributos	(63)	(56)
Depreciação e amortização	(3.318)	(3.033)
Gastos diversos*	(20.348)	(16.601)
Total Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(41.472)	(37.441)

*Gastos Diversos

a) Custo de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

	2021	2020
Custo de Construção	(16.059)	(15.124)
TOTAL	(16.059)	(15.124)

Nota 37 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2021	2020
Receita de compartilhamento de Infraestrutura	43	33
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	590	101
Receita de Construção*	16.059	15.124
Microgeração 36 Meses	10	
Convenio arrecadação de iluminação pública	-	10
Total Outras Receitas Operacionais	16.702	15.268

*Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

	2021	2020
Receita de Construção	16.059	15.124
TOTAL	16.059	15.124

Nota 38 – Outros Dispendios/Despesas Operacionais

	2021	2020
Perdas na Desativação de Bens	(1.051)	(1.124)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	(36)	-
Perdas em Projetos não Executados	-	(13)
Total Outras despesas Operacionais	(1.087)	(1.137)

Nota 39 – Seguros

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 40 – Nota Explicativa DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 41 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de atuação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 42 – Partes Relacionadas

As partes relacionadas compreendem a Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamentos são definidos no Estatuto Social da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais responsáveis principalmente pela administração no aspecto operacional, e compete aos mesmos realizar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. O Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de quatro anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço ao final de cada mandato.

Os direitos e deveres dos Conselheiros de Administração são os mesmos estabelecidos aos demais associados, bem como, não há, em hipótese alguma, tratamento diferenciado aos mesmos, os quais seguem as políticas e diretrizes definidas para a sociedade

As operações são realizadas no contexto normal das atividades operacionais, não tendo influências que possam gerar benefícios indevidos as suas contrapartes ou prejuízos a Cooperativa, e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2021.

Transações com partes relacionadas:

Tipo:	2021	PCLD
Remuneração	862	-
Faturas de Energia	3	-
Quota Capital	14	-
Saldo de Contas a Pagar	31	-
Saldo de Contas a receber	-	-

8 BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO	2021			2020		
Ingressos/Receita Líquida (RL)	81.544			76.535		
Resultado Operacional (RO)	7.666			7.523		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	16.175			13.183		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$	% S/FPB	% S/RL	R\$	% S/FPB	% S/RL
Alimentação	366	2,26%	0,45%	353	2,68%	0,46%
Plano de Saúde Funcionários	556	3,44%	0,68%	457	3,47%	0,60%
Encargos Sociais	2.764	17,09%	3,39%	2.191	16,62%	2,86%
Seguro Vida em Grupo	45	0,28%	0,06%	46	0,35%	0,06%
Educação e Treinamento	33	0,20%	0,04%	8	0,06%	0,01%
Segurança e Medicina Trabalho	397	2,45%	0,49%	308	2,34%	0,40%
Participação Resultados	655	4,05%	0,80%	640	4,85%	0,84%
TOTAL	4.816	29,77%	5,91%	4.003	30,36%	5,23%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		%S/RO	%/RL		%S/RO	%/RL
Investimento em Veículos	553	7,21%	0,68%	-	0,00%	0,00%
Qualidade vida associados	273	3,56%	0,33%	363	4,83%	0,47%
Total Cooperantes	826	10,77%	1,01%	363	4,83%	0,47%
Tributos (excluído os encargos sociais)	15.155	197,69%	18,59%	12.670	168,42%	16,55%
TOTAL	15.981	208,47%	208,47%	13.033	173,24%	173,24
4. INDICADORES AMBIENTAIS		%S/RO	%S/RL		%S/RO	%S/RL
Investimentos em programas ou projetos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
5. INDICADORES CORPO FUNCIONAL						
Número de Funcionários final do período			117			121
Número de Admissões no Período			9			8
Número de Demissões			12			9
Número de Mulheres			19			18
Funcionários Deficientes			1			1
Outros			0			0
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES-CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e menor Remuneração na empresa			8			12,36
Número Total de acidentes trabalho			0			1

9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – Ceriluz Distribuição, inscrita no CNPJ nº 87.656.989/0001-74, com sede na Rua Reinoldo Schindler, nº 100, bairro das Chácaras, na cidade de Ijuí-RS, em cumprimento ao Art. 43, inciso XI do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Sobras/Perdas relativas ao exercício de 2021, bem como as demais demonstrações contábeis e notas explicativas, constatamos que expressam a real situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, e por esta razão recomendamos a sua aprovação pelos associados presentes na assembleia.

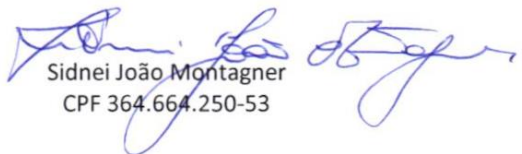
Ijuí (RS), 26 de janeiro de 2022.



Carlos Karlinski
CPF 093.981.120-00



Nara Jaqueline Hepp
CPF 619.314.110-34



Sidnei João Montagner
CPF 364.664.250-53

Cópia fiel da ATA 477/2022 do Conselho Fiscal

10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS



RA 023/2022

Chapecó, 28 Timbrado-01 2022.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
Ijuí - RS

Senhor
Iloir de Pauli
Presidente

Em atendimento ao contrato firmado entre a "Linear Auditores Independentes" e a "COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA", apresentamos o relatório dos exames realizados, compreendendo a auditoria das demonstrações contábeis de 31/12/2021, conforme sequência:

- Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis;

ANEXO ÚNICO

- Balanço patrimonial;
- Demonstração de sobras ou perdas;
- Demonstração do valor abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas sobre as demonstrações contábeis.

Processamos os exames na extensão e profundidade julgada necessária, com observância aos princípios técnicos e normas de auditoria de acordo com o que determina o Conselho Federal de Contabilidade, bem como levando em conta a legislação vigente aplicável a este tipo de entidade.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ Nº:87.656.989/0001-74

Ijuí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do valor abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na ITG 2004 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 28 de janeiro de 2022.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

EDUARDO AUGUSTO MELERE
Contador CRCSC 035.595/O-2

EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982

Assinado de forma digital por
EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982
Dados: 2022.02.02 14:40:30 -03'00'